



Renan e Temer discutem formas de evitar crise entre os Poderes

Jonas Pereira/Agência Senado



O presidente do Senado, Renan Calheiros, diz que a Casa pedirá ao STF que estabeleça atribuições e limites de cada Poder

Presidente do Senado reforçou críticas à ação que levou à prisão de policiais legislativos e disse que é preciso fixar limites claros entre Legislativo, Executivo e Judiciário

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente da República, Michel Temer, se reunirão hoje, às 11h, para discutir as competências e os limites dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Foram convidados para o encontro a presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Na avaliação de Renan, o juiz de primeira instância que autorizou a operação que levou à prisão de policiais legislativos do Senado

usurpou uma competência que é exclusiva do Supremo. De acordo com o presidente do Senado, o fato de a decisão de um juiz de primeira instância afetar o Senado tem o poder de causar uma crise entre as instituições. Para ele, Cármen Lúcia deveria fazer uma censura pública ao juiz. Renan disse que as arestas serão aparadas na reunião de hoje, para evitar a crise. Após o encontro, o Senado apresentará ação pedindo ao Supremo que fixe claramente quais são as atribuições e os limites de cada Poder. 3

Especialistas sugerem opções à PEC que limita gastos públicos

Em audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, especialistas defenderam mudanças no sistema tributário como principal opção à PEC que estabelece um teto para gastos públicos, aprovada ontem pela Câmara.

Entre as medidas propostas, estão a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas e o aperfeiçoamento do Imposto Territorial Rural. Outra sugestão foi a adoção de metas de superávit atreladas ao desempenho econômico. 4

Pedro Franco/Agência Senado



Para Gleisi Hoffmann, governo precisa considerar mudança na tributação



Gerardo Magela/Agência Senado

Manifestantes querem aprovação de propostas que tramitam no Senado

Vaqueiros e criadores de cavalo pedem legalização da vaquejada

Manifestantes pararam o trânsito ontem na Esplanada dos Ministérios para pedir urgência na legalização da vaquejada. No início do mês, o Supremo Tribunal Federal considerou incons-

titucional a atividade, por crueldade com os animais. A vaquejada é objeto de quatro propostas que tramitam no Senado e transformam a prática em patrimônio cultural. 2

Audiências vão debater mudança no ensino médio

A comissão de senadores e deputados criada para analisar a medida provisória que muda o currículo do ensino médio programou para novembro uma série de audiências públicas para ouvir especialistas e representantes da sociedade. Já a votação da medida provisória que reestrutura o Fies foi adiada para terça-feira. 3

Procuradora da Mulher quer nova regra eleitoral

A procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin, disse que a presença feminina na política caiu com a votação deste ano para prefeitos e vereadores e defendeu que, em resposta, seja feita uma mudança na lei para que as eleições proporcionais tenham listas fechadas e com alternância de gênero. 2

Debatedores criticam intervenção estatal no esporte

Na última reunião antes da apresentação do relatório, a comissão de juristas responsável pelo anteprojeto da nova Lei Geral do Desporto recebeu convidados que se mostraram preocupados com a influência do Estado na Justiça Desportiva. O comportamento das torcidas organizadas e o racismo no futebol também foram abordados pelos especialistas. 4



Gerardo Magela/Agência Senado

Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem, João Schwertner fala ao lado de Parente e Camargos, da comissão

Palestra de Nuzman motiva servidores do Senado 2

Iniciativas reconhecem a vaquejada, comum no Nordeste, como manifestação cultural e patrimônio imaterial brasileiros. No início do mês, o STF derrubou lei estadual que regulamentava a atividade

Senado analisa propostas para legalizar vaquejada

O SENADO ANALISA quatro propostas para regulamentar a vaquejada. Ontem vaqueiros e criadores de cavalos pararam o trânsito na Esplanada dos Ministérios para pedir urgência na legalização da prática.

No início deste mês, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou lei estadual que regulamentava a vaquejada. Os ministros acataram argumento de que a atividade impõe sofrimento aos animais, o que é vedado pela Constituição.

A vaquejada é um evento popular no Nordeste e consiste na tentativa, feita por dois homens a cavalo, de derrubar um boi pelo rabo.

Na segunda-feira, líderes do movimento foram recebidos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele se mostrou favorável à edição de norma para regulamentar a atividade.

— Estamos abertos a garantir o respeito à diversidade da cultura e das tradições brasileiras — garantiu Renan.

Em defesa da vaquejada, três projetos (PLS 377/2016,



Manifestantes em frente ao Congresso pedem o fim da proibição a vaquejadas

PLS 378/2016 e PLC 24/2016) classificam a atividade como patrimônio cultural. Uma proposta de emenda à Constituição (PEC 50/2016) assegura a continuidade da vaquejada, desde que regulamentada em lei específica que garanta o bem-estar dos animais.

Prática cultural

O autor da PEC, Otto Alencar (PSD-BA), inclui no texto constitucional permissão para práticas culturais de natureza imaterial que comprovadamente não submetam os animais à crueldade.

O senador é, ainda, relator do PLC 24/2016, que tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Segundo ele, a atividade já segue normas estaduais, como utilização de bois adultos e de cauda artificial, abolição de esporas e disposição de um mínimo de 50 centímetros de areia para amortecer a queda dos animais.

O PLS 377/2016, de Raimundo Lira (PMDB-PB), e o PLS 378/2016, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), também tramitam na CE, onde aguardam designação de relator.



Benedito: proibição da atividade deve gerar desemprego

Benedito de Lira (PP-AL) lamentou a decisão do STF de proibir a vaquejada e disse que a atividade não é recente e movimenta o nordestino.

— A vaquejada colabora com o turismo nordestino e já se incorporou à atividade cultural da região.

Milhares vivem da atividade no Nordeste, disse ele, que teme aumento do desemprego, com a proibição.



Férrer destaca impacto de decisão na economia do NE

Elmano Férrer (PTB-PI) lamentou que a decisão do STF não tenha levado em conta o aspecto econômico das vaquejadas, que, disse, movimentaram R\$ 600 milhões e geraram 120 mil empregos diretos em 2015.

— Sob o argumento de proteger os animais de supostos maus-tratos, estão penalizando milhões de seres humanos.



Deca defende veias cultural e comercial dos vaqueiros

Deca (PSDB-PB) apoiou protesto ontem em Brasília contra a decisão da Justiça que proibiu a vaquejada. Para ele, mais que manifestação cultural, a vaquejada é importante para a economia do Nordeste.

A atividade, destacou, envolve fábricas, artesãos, produção e comercialização de ração e comércio e melhoramento genético dos rebanhos.



Para Agripino, é importante conciliar proteção a animais

José Agripino (DEM-RN) comparou o fim da vaquejada, atividade cultural centenária no Nordeste, à hipótese de cancelamento do Carnaval do Rio.

Para ele, o Legislativo deve analisar a decisão do STF e tem como desafio chegar a um consenso entre a proteção aos animais, que ele considera indispensável, e a atividade econômica.



Vanessa Grazziotin pede igualdade para mulheres em disputas eleitorais

Vanessa defende eleição com lista fechada e alternância de gênero

Procuradora especial da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu uma reforma política que institua lista pré-ordenada fechada, com alternância de gênero e financiamento democrático das campanhas

eleitorais. A defesa foi feita em palestra na Assembleia Legislativa de Minas Gerais na sexta-feira, com a participação de representantes de entidades feministas de Belo Horizonte e Região Metropolitana.



O presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, fala em palestra ontem a servidores do Senado. "Ninguém salta sem se preparar e estar concentrado. Os desafios da vida são assim", diz.

Raupp pede linhas de transmissão de energia em Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ao Ministério das Minas e Energia a implantação de quatro linhas de transmissão de energia para abastecer municípios de Rondônia. O senador lembrou que as linhas são fundamentais, pois, apesar de Rondônia gerar energia, ela não chega a pontos do estado.

Reguffe quer votação rápida de projetos contra corrupção

Reguffe (sem partido-DF) lamentou que os parlamentares ainda não tenham votado a proposta de iniciativa popular que contém dez medidas contra a corrupção. O senador lembrou que a proposta, assinada por mais de 2 milhões de cidadãos, foi entregue ao Congresso em março.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Edição e Publicações (Segraf)

Renan encontra Temer hoje para evitar crise

De acordo com senador, presidente do Supremo Tribunal Federal deveria censurar juiz de primeira instância que autorizou prisão de policiais legislativos do Senado

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, informou que se reunirá hoje, às 11h, com o presidente da República, Michel Temer, para discutir os limites e as competências dos três Poderes. Temer também convidou para a reunião a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

O objetivo do encontro é evitar uma crise institucional entre Legislativo, Judiciário e Executivo na esteira dos acontecimentos da semana passada. Na sexta-feira, a Polícia Federal deflagrou a Operação Méfis, que prendeu quatro policiais legislativos do Senado e efetuou uma operação de busca e apreensão nas dependências do Congresso. A ação foi autorizada por um juiz de primeira instância, o que Renan considerou “usurpação” de uma atribuição do STF.

Renan garantiu que as arestas serão aparadas na reunião e



Em entrevista, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reforça críticas a juiz de 1ª instância e a ministro da Justiça

que não haverá maiores repercussões sobre o caso nas relações entre os Poderes.

— Não pode haver e definitivamente não vai haver uma crise institucional. O país já vive tantas crises e não podemos deixar que elas se desdobrem para uma maior e pior.

Ação judicial

Renan afirmou que o Senado manterá a intenção de entrar com uma ação no STF pedindo

a fixação clara das competências e limites dos Poderes. Segundo ele, o documento ainda está sendo formulado, mas será protocolado logo após o encontro de hoje.

— Ela é fundamental para que nós tenhamos o contorno da democracia brasileira e o limite na separação dos Poderes.

Em relação à manifestação de Cármen Lúcia ontem sobre o caso, Renan a considerou

natural e disse concordar com o gesto. Para ele, a ministra fez, como presidente do STF, “exatamente o mesmo” que ele fez ontem como presidente do Senado ao defender as prerrogativas do Legislativo.

Apesar do tom apaziguador, Renan voltou a criticar o juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília, que autorizou a Operação Méfis. O presidente do Senado lamentou a falta de uma censu-

ra à decisão do juiz e manteve o tratamento de “juizeco” que dispensara a ele antontem.

— Faltou uma reprimenda ao juiz que usurpou a competência do STF. Toda vez que alguém da primeira instância faz isso, quem paga a conta é o Legislativo. Respeitosamente, não dá para continuar assim. Enquanto esse ou qualquer juiz continuar a usurpar contra o Legislativo, eu não posso chamá-lo no aumentativo.

Renan manteve o tom duro contra o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, a quem havia chamado de “chefete de polícia”. A respeito de uma reunião marcada para este fim da semana, na qual discutirá segurança nacional com Moraes, Temer e outras autoridades, ele disse:

— Eu terei muita dificuldade de participar de qualquer encontro na presença do ministro da Justiça, que protagonizou um espetáculo contra o Legislativo.

Jorge Viana aponta excesso da Justiça na prisão de policiais legislativos

Jorge Viana (PT-AC) criticou a autorização de um juiz de primeira instância para a Polícia Federal entrar no Senado e prender policiais legislativos. Para o senador, houve excesso por parte da Justiça.

— Pode um juiz deliberar que se entre nas dependências do Sena-



Waldemir Brito/Agência Senado

do Federal para cumprir qualquer que seja a decisão ou isso é prerrogativa do Supremo?

Viana se solidarizou com os policiais legislativos e lembrou que o fato reforça a tese de que o abuso de autoridade é uma questão que precisa ser discutida.

Ana Amélia pede diálogo entre os Poderes e apoia defesa institucional

Ana Amélia (PP-RS) lamentou desentendimento entre os três Poderes decorrente da prisão de policiais legislativos do Senado por terem feito varreduras de escutas telefônicas a pedido de senadores.

Segundo ela, a defesa institucional do Senado, do Judiciário e da



Waldemir Brito/Agência Senado

Polícia Federal é justificável, mas tem que ser feita com equilíbrio. A senadora defendeu o diálogo entre os Poderes.

— O que o Congresso não pode é dar à sociedade a impressão de que trabalha para suspender, atrapalhar e prejudicar a Lava Jato.

Para Alvaro, ações fora do Congresso podem ser desvio de finalidade

Alvaro Dias (PV-PR) disse estranhar as atividades de policiais legislativos fora do Congresso. Para ele, pode ter havido desvio da finalidade. Porém, afirmou, os servidores do Senado presos na semana passada não podem ser tidos como únicos responsáveis.



Waldemir Brito/Agência Senado

— Não podemos imputar responsabilidade a servidores que não a possuem em determinadas circunstâncias.

Cabe às autoridades judiciárias, disse o senador, descobrir se houve intenção de interferir nas investigações da Lava Jato.

Comissão fará série de debates sobre medida provisória que muda ensino médio

Novembro será dedicado a audiências públicas para ouvir especialistas e sociedade sobre as mudanças no ensino médio propostas pela Medida Provisória (MP) 746/2016. A decisão foi tomada ontem pelos senadores e deputados da comissão mista encarregada de analisar a MP.

Deverão participar dos debates o ministro da Educação, Mendonça Filho, o ex-ministro Renato Janine Ribeiro, o presidente do Conselho Nacional de Educação, Eduardo Deschamps, o secretário de Educação de Pernambuco, Frederico Amancio, e o professor e conselheiro da Faculdade Pitágoras Claudio de Moura Castro, entre outros.

O relator da MP, senador Pedro Chaves (PSC-MS), propôs que haja uma audiência pública por semana.

No plano original, está prevista a apresentação do relatório em 30 de novembro, mas a oposição protestou. A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) consi-

derou o prazo exíguo. A MP vai caducar em março.

O deputado Wilson Filho (PTB-PB), que foi relator do PL 6.840/2013, de autoria da comissão que debateu o ensino médio na Câmara por três anos, sugeriu que a Consultoria Legislativa faça um estudo comparativo entre a MP e o projeto da comissão.

— Creio que 95% do relatório está na MP, mas existem 5% que precisam ser debatidos aqui na comissão.

Entendimento

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) ponderou que a mudança por meio de MP pode não ser adequada. Agora, no entanto, observou ele, é preciso trabalhar com o que está posto:

— Talvez não tenha sido o melhor instrumento, mas a vantagem é que todos teremos que fazer um esforço para construir um entendimento.

A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO)

disse que o assunto está em debate há anos na Câmara, embora tenha sido paralisado.

Os senadores se solidarizaram com a família do estudante Lucas Araújo, morto numa escola de Curitiba ocupada por alunos contrários à MP. A deputada Maria do Rosário (PT-RS) disse que foi uma tragédia “gerada pelo autoritarismo”. Fátima Bezerra sugeriu que a morte foi cometida por “grupos mal intencionados, de extrema direita, para incriminar um movimento que é pacífico”.

Elas informaram ter apresentado denúncia ao Ministério Público contra a portaria do MEC que pede aos reitores dos centros técnicos federais que denunciem os líderes dos estudantes invasores.

— É uma insensatez sem tamanho colocar o professor contra o aluno — disse Fátima.

Contra as invasões, o deputado Evandro Roman (PSD-PR) questionou quem será responsabilizado por essa morte.



Jucá, Izalci e Chaves em reunião da comissão que estuda MP do ensino médio

Por falta de quorum, votação de mudança no Fies fica para a semana que vem

A comissão mista que analisa a medida provisória de reestruturação do pagamento do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) não conseguiu quorum para votar o relatório ontem. O presidente da comissão, deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), remarcou a votação para terça-feira. O relator é o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP).

A MP 741/2016 determina

que a remuneração administrativa dos bancos na concessão do Fies seja paga pelas faculdades, e não mais pela União. A remuneração é de 2% sobre o dinheiro liberado.

A proposta do governo é aumentar a participação das instituições de ensino beneficiadas. Antes da edição da MP, os bancos eram remunerados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Debate aponta opções à PEC do Teto de Gastos

Entre as alternativas propostas em audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, estão o Imposto sobre Grandes Fortunas e o aperfeiçoamento do Imposto Territorial Rural

APERFEIÇOAR O SISTEMA tributário com mudanças pontuais pode ser uma alternativa ao congelamento de gastos públicos previsto na PEC do Teto de Gastos, aprovada ontem em segundo turno pela Câmara dos Deputados. Foi o que defenderam os participantes de audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) André Calixtre disse que haveria arrecadação anual de R\$ 49 bilhões com a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto na Constituição e até hoje não cobrado pelo governo.

Já Fernando Gaiger, também do Ipea, afirmou que o fim das distorções na tributação do Imposto de Renda (IR) resultaria em receita adicional de R\$ 100 bilhões, “nos cálculos mais conservadores”.



Gleisi Hoffmann, entre os participantes da audiência: governo deveria explicar por que não previu reforma na tributação

Para ele, existem oportunidades para crescimento da tributação direta, com o aperfeiçoamento dos mecanismos de cobrança dos Impostos de Transmissão de Bens Imóveis Intervivos e de Transmissão Causa Mortis e Doação. Uma das ideias do pesquisador é estabelecer alíquotas progressivas — quanto maior o valor, mais elevada a alíquota.

Outro imposto citado é o Territorial Rural (ITR). Segun-

do Calixtre, é o único imposto que diminuiu em termos nominais, apesar do crescimento do agronegócio.

— O agronegócio é altamente beneficiado e participa muito pouco do esforço fiscal.

O professor de economia Felipe Rezende, da Hobart and William Smith Colleges (EUA), reconheceu a necessidade de um novo regime fiscal, mas com a adoção de “metas de superavit estruturais”, ajustadas

de acordo com as flutuações das condições econômicas.

Críticas

Autor do requerimento da audiência, Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que, no momento em que o país vive uma recessão, “em que as famílias e as empresas não gastam, só há um jeito de sair dessa crise, que é o Estado gastando”.

Para o senador, a situação só se resolve com crescimento

da economia, rompendo o “círculo vicioso de ajuste fiscal, economia estagnada, frustração de receita e mais crise”.

A presidente da CAE, Gleisi Hoffmann (PT-PR), lamentou a ausência de um representante do governo no debate de um tema que vai mexer muito na vida do povo brasileiro.

— O governo tinha que estar aqui para fazer sua defesa, dizer por que está mexendo na área fiscal só pela despesa e não pela tributação.

Para a senadora, a alternativa é a “progressividade tributária, mais concreta em termos de política fiscal”.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sugeriu que a CAE edite publicação com o resumo das propostas alternativas à PEC. Segundo a senadora, os debates já promovidos pela comissão mostraram que é possível outro caminho para tirar o Brasil da crise.

Para especialistas, Estado não deve intervir nas leis esportivas

O anteprojeto a ser apresentado pela comissão de juristas responsável pela atualização da legislação dos esportes deve eliminar a intervenção estatal sobre a Justiça Desportiva. A posição foi defendida pelo relator, Wladimir Camargos, em reunião ontem, a última antes da apresentação do documento final do colegiado.

O principal alvo de intervenção estatal nesse assunto criticado por Camargos foi a criação da Justiça Desportiva Antidopagem (JAD) por medida provisória, sob a alegação de que o Brasil seria descredenciado pela Agência Mundial Antidoping (Wada) se

assim não procedesse.

— O Estado deve intervir na proteção à integridade do esporte, jamais na Justiça Desportiva.

Um dos temas ligados à integridade esportiva no qual Camargos reconhece a necessidade da participação estatal é o combate ao crime organizado que tem manipulado partidas de futebol.

A questão foi trazida pelo jurista Paulo Schmitt, ex-membro do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD).

— Tem que ir em cada clube e falar abertamente com os jogadores, dirigentes e árbitros sobre as consequências disso.

Vice-presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol, Arilson Bispo da Anunciação, pediu que a legislação preveja a profissionalização e a independência dos árbitros.

— Temos que ter um órgão independente da CBF e das federações. Canso de explicar aos dirigentes que eles serão os grandes beneficiários disso.

Racismo e violência

O principal tema da segunda audiência do dia foi reeducação de torcedores e combate ao racismo no futebol.

O presidente da Associação Nacional das Torcidas

Organizadas do Brasil, André Azevedo, destacou que a violência em estádios por determinados torcedores deve ter uma punição individualizada.

— Tem, sim, que ter investigação e serviria como força para a torcida porque vemos na televisão que a Gaviões brigou, a Mancha brigou, mas não o João, o Alfredo. Precisamos dar nome para eles — ressaltou.

O diretor-executivo do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, Marcelo Carvalho, lamentou a falta de apoio do Ministério Público, das federações e dos clubes no combate ao racismo. Ele

sugeriu a implantação de observadores nos estádios para monitorar os jogos e verificar a existência ou não de preconceitos.

Reformulação

A comissão também debateu pontos da Lei Geral do Desporto Brasileiro que precisam ser reformulados. Convidados da área do direito destacaram a necessidade de definir o que é desporto profissional ou não, entre outros pontos.

A valorização da arbitragem, a qualificação dos tribunais de Justiça Desportiva e a organização interna das entidades também foram abordados.

Randolfe sugere referendo sobre PEC do Teto

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) sugeriu que os cidadãos possam se manifestar, em referendo, sobre a PEC do Teto, que limita o reajuste dos gastos públicos pelos próximos 20 anos. Para ele, se a PEC for aprovada, direitos constitucionais, como acesso universal à educação e à saúde, serão quase revogados. Na educação, disse, o investimento cairia, em 2028, de 18% da receita bruta da União para 13,7%, segundo o Dieese.

— Se formos derrotados, iremos ao STF, porque temos a convicção de que a PEC é inconstitucional.



Ano Volpe/Agência Senado

Lindbergh repudia proposta e quer imposto para ricos

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou duramente a PEC que estabelece um teto para os gastos públicos nos próximos 20 anos.

O senador afirmou que essa medida e a reforma da Previdência vão prejudicar os mais pobres e os trabalhadores e significar o “desmonte do Estado social brasileiro”.

— Qual a contribuição que os mais ricos estão dando para este ajuste? Qual dos grandes empresários e dos banqueiros? Zero! Nenhuma! Nós temos um sistema tributário injusto, os muito ricos pagam pouquíssimos impostos.



Ano Volpe/Agência Senado

Vanessa diz que medida prejudicará salário mínimo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a proposta de emenda à Constituição que impõe teto aos gastos públicos. Ela cobrou mais debate sobre o texto e admitiu que o governo deve buscar a responsabilidade fiscal, mas ressaltou que, em casos excepcionais, é preciso contemplar o endividamento. Para ela, a PEC acabará com a política de valorização do salário mínimo e impedirá investimentos no desenvolvimento econômico.

— Quando o país voltar a se desenvolver, de acordo com a Constituição vigente, estará proibido de investir no social, de investir na infraestrutura, de melhorar o salário dos trabalhadores.

Ferraço critica projeto do abuso de autoridade

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) criticou o projeto do abuso de autoridade, que, disse, dificultará o combate à corrupção. Para ele, é o momento é inoportuno para debater o PLS 280/2016. Se votar o projeto agora, quando a Lava Jato revela ao país casos de corrupção envolvendo políticos, funcionários públicos, lobistas e empreiteiros, o Senado agirá contra os interesses da sociedade, avaliou. Para ele, a proposta contraria a Constituição, que assegura a independência de autoridades que combatem o crime organizado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Fátima: ocupação de escolas só se resolve com diálogo

Fátima Bezerra (PT-RN) e outros 17 senadores pediram que o Ministério Público Federal aja para anular ofício do Ministério da Educação que determinou a identificação dos estudantes que ocupam os institutos federais de educação tecnológica.

Na opinião da senadora, a identificação dos manifestantes revela a intolerância do governo.

— Não é por esse caminho que vamos resolver conflitos. Só resolveremos pelo caminho do debate, pelo caminho do diálogo.



Waldemir Barreto/Agência Senado